

## **AS EXPEDIÇÕES CIENTÍFICAS DE MANGUINHOS - 1911/1913**

*Henrique Luiz Cukierman*

*COPPE/UFRJ*

Aumentar a produção, eis uma das chaves que seguia embutida nos relatórios das expedições científicas de Manguinhos, realizadas entre 1911 e 1913. Assim, diagnosticávia-se e aconselhávia-se a respeito de oportunidades a serem aproveitadas, recursos a serem desenvolvidos, excedentes a serem comerciados, obras a serem construídas, valores a serem transformados e raças a serem ‘aperfeiçoadas’. Os cientistas esquadrihavam o terreno de olho em suas perspectivas futuras, ao mesmo tempo que naturalizavam a intenção dos interesses do colonizador do litoral sob o formato de obra ‘civilizatória’, destinada à redenção daquelas terras interioranas providencialmente caracterizadas por eles mesmos como material e espiritualmente miseráveis. Os relatórios serviam para comprovar que *“aquelas gentes de estranha psicologia”* [NEIVA,PENNA,1984:115] eram incapazes de explorar a natureza circundante, não somente por sua indolência, quando fosse este o caso, mas também por conta de sua incapacidade em racionalizar, explorar metodicamente a natureza e, portanto, em expandir a produção. Subjazia àquela racionalidade científica dos relatórios a racionalidade econômica do capital, cabendo aos cientistas, portanto, o papel de ponta de lança do capitalismo, cuja missão seria revelar-lhe todas as oportunidades potencialmente disponíveis ao desenvolvimento e ao progresso, dois itens insistentemente relacionados como universalmente necessários.

A idéia sobre qual desenvolvimento e qual progresso estavam em pauta emerge despuorada da ressurreição do Jeca Tatu celebrada por Monteiro Lobato [1948:336], cujas palavras são extraordinariamente elucidativas a este respeito:

*“Dava gosto ver as roças do Jéca. Comprou arados e bois, e não plantava nada sem primeiro afofar a terra. O resultado foi que os milhos vinham lindos e o feijão era uma beleza. (...)E se alguém lhe perguntava: - Mas para que tanta roça, homem? Ele respondia: - É que agora quero ficar rico. Não me contento com trabalhar para viver. Quero cultivar todas as minhas terras, e depois formar aqui uma enorme fazenda. E hei de ser até coronel...”*

*“Em pouco tempo os resultados foram maravilhosos (...) Jeca adquiriu um caminhão Ford, e em vez de conduzir os porcos ao mercado pelo sistema antigo, levávia-os de auto, num instantinho, buzinando pela estrada afora, fon-fon! fon-fon! ... As estradas eram péssimas; mas ele consertou-as*

*à sua custa. Jeca parecia um doido. Só pensava em melhoramentos, progressos, coisas americanas” [idem:337].*

Já se pode ver que não bastava apenas alcançar maior eficiência na produção, mesmo porque ela seria inalcançável caso não estivesse o Jeca motivado para tornar-se um homem rico a fononar pela estrada afora, com a mente repleta das ambições de norte-americanos, aliás os mesmos que lhe convenceram sobre as benesses do caminhão Ford. Produzir mais, sim!, porém para acumular excedente e enriquecer, segundo vigia a boa norma do capitalismo, especialmente o ianque. De resto, seguia intacta a estrutura dos grandes latifúndios, fazendo da ressurreição do Jeca um testemunho inequívoco de mais um milagre divino o qual, infelizmente, não contou com a devida atenção do devoto Lobato. Mais atentos, embora também sem dar a devida importância à questão, os expedicionários tratariam de ao menos registrar a concentração da propriedade rural na mão de algumas poucas famílias: *“Uso que muito concorre para dificultar a iniciativa particular é a prática corrente da utilização de enormes latifúndios que, pela extensão, dificultam a exploração metodizada;” [NEIVA,PENNA,1984:175] “cada fazenda é um latifúndio de dimensões sempre crescentes de acordo com o afastamento das cidades; a pequena propriedade quase não existe, de maneira que os moradores estão de qualquer forma na dependência do proprietário das terras” [idem:180].*

Isto sem mencionar outro grave problema, a prática então corrente do trabalho escravo, totalmente escapado ao sonho produtivista de Monteiro Lobato mas que, perante o olhar modernizante de Arthur Neiva e Belisário Penna, causou a mais profunda perplexidade:

*“Em toda a zona onde se explora a borracha de maniçoba, existe praticamente a escravidão; o **barraquista**, assim se chama o dono do pessoal que extrai a maniçoba, alicia gente nas povoações ribeirinhas e a leva sob a promessa de grandes salários para a zona a explorar; antecipadamente é adiantada certa quantia para compras de objetos e para se deixar com a família; no lugar onde se instalam os barracões, funda-se um armazém de propriedade do **barraquista** e onde o pessoal é obrigado a se fornecer pelos preços impostos pelo proprietário e que são pelo menos o dobro do corrente ‘**comércio**’ mais próximo; (...) ao cabo de algum tempo, o empregado é devedor e está impossibilitado de sair enquanto não saldar a dívida que só faz crescer. É inútil qualquer fuga ou rebelião, as turmas são guardadas à vista por capatazes armados (...)” [idem:180,grifos dos autores].*

Pior ainda, tudo se passava com a estreita colaboração das autoridades, as quais prestavam assistência integral em caso de fuga de algum maníçobeiro devedor: “(...) *na vila de Parnaguá, tivemos o desprazer de assistir à prisão de 4 maníçobeiros levados à viva força para o barracão dum barraquista, já celebrizado em toda a zona que atravessamos, pelos crimes cometidos*” [idem:180,grifos dos autores]. Não bastasse o trabalho escravo adulto para horrorizar os expedicionários, tiveram ainda de deparar-se com algo “*mais revoltante ainda (...)*”, o trabalho infantil: “*certos indivíduos chegam às moradias mais miseráveis e depois de se mostrarem interessados pela sorte de algum menino, empregam-no imediatamente com um salário que é pago ao chefe da família; em seguida levam-no em sua companhia; adiante, entregam-no a algum fazendeiro em troca de 90 a 100\$ (...)*” [idem:180]. Mas, apesar de todo o estarecimento que o trabalho escravo lhes provocara, foi ao mercado de escravos que recorreram para reforçar sua tropa:

*“Encontramos grandes dificuldades para arranjar camaradas que substituíssem dois dos que nos acompanharam desde Joazeiro. Felizmente o Coronel Josué conseguiu um deles e nós ‘comparamos’ o outro a um fazendeiro, pagando uma dívida do camarada, de rs. 70\$000, passando ele, segundo a praxe da terra, à nossa propriedade até saldar a dívida. É bem certo que estamos expondo fatos, e que nunca consideramos nossa propriedade o feliz camarada contratado, que desde então readquiriu sua liberdade”* [idem:213].

Entretanto, tamanha barbárie ocorreu como se fora um pequeno desvio acidentado da estrada onírica que conduzia o Jeca em seu Ford pelos caminhos da ressurreição, estrada logo a seguir retomada no relatório Neiva/Penna rumo à modernidade, sob a égide exclusiva de uma ciência a serviço da modernização capitalista:

*“Somente com auxílio de pesquisas científicas poder-se-á, com segurança, saber-se qual a possibilidade econômica da região do nordeste e os meios de desenvolvê-la e explorar as riquezas naturais que por acaso possua, colocando o homem em situação de dominar o meio pelo conhecimento perfeito de todos os fatores diretos ou não, e que exerçam influência próxima ou remota no desenvolvimento duma civilização moderna entre populações que há mais de 3 séculos quase nada assimilaram das grandes transformações operadas em todo o universo, e que a parcela mínima de aproveitamento que lhes chega das grandes forças que realizaram a revolução industrial como a locomotiva, ou lhes é desconhecida totalmente, como nos estados do Piauí e Goiás, ou se arrasta morosamente em dias alternados, partindo da capital da Bahia e levando pelo menos 33 horas a vencer 575 quilômetros, a maior parte estendidos em enormes tangentes, afim de*

*levar a Joazeiro, centro de toda a zona do nordeste, a civilização já adiantada do litoral”* [idem:183-184].

Implicitamente auto-descritos como a vanguarda capitalista neste exato último parágrafo de seu relatório, Arthur Neiva e Belisário Penna decidiram eliminar de suas conclusões questões políticas tão cruciais como a propriedade da terra e a persistência de relações escravistas de trabalho com a conivência do estado, questões aliás observadas e registradas por eles mesmos mas que, uma vez relegadas a segundo plano, poderiam dar lugar a uma confiança inabalável no poder da ciência, todavia à custa de um homem genérico, abstrato e, portanto, despolitizado – *o homem em situação de dominar o meio*. Revelaram-se, desta forma, fiéis adoradores do lema pessoal de Oswaldo Cruz, ‘a fé eterna na ciência’, uma estranha fé na idéia de uma solução puramente científica para um Brasil que, apesar das mazelas visíveis a olho nu, deveria milagrosamente emergir renovado do mundo invisível ao alcance exclusivo da ciência, conforme sonhava Monteiro Lobato [1948:243]: “(...), *Manguinhos já fez mais pelo Brasil do que um século inteiro de bacharelise onipotente. A salvação está lá. De lá tem vindo, vem e virá a verdade que salva – essa verdade científica que sai nua de arrebiques do campo do microscópio, como a verdade antiga saía do poço*”.

Outra importante elemento desse último parágrafo do relatório Neiva/Penna é a retomada da divisão entre *a civilização já adiantada do litoral* e aquela que lhe decorreria implicitamente, a civilização atrasada do interior, se bem que, muito provavelmente, não teriam os cientistas aplicado o termo ‘civilização’ para referenciar a vida daquelas *gentes de estranha psicologia*. Pode-se agora compreender com mais clareza que, para o olhar imperial do litoral, um modo de vida organizado ao arpejo da lógica industrial (representada naquele parágrafo por um de seus ícones mais expressivos, a locomotiva) era mais um elemento para reputar aquela vida como incivilizada. A lógica do crescimento da produção e da expansão do mercado tornavam anátema um regime econômico baseado na mera subsistência, nas trocas não-monetárias e numa economia localmente auto-sustentada. Consternados, os expedicionários viram-se constrangidos a registrar cenas da mais explícita falta de certa ‘civildade’ devotada à acumulação de bens e mercadorias:

*“Desde que entramos em Goiás, a nossa principal moeda para obter dos habitantes que nos forneçam ovos, galinhas, mandioca, batata doce, etc., tem sido carrinhos de linha, agulhas, alfinetes e objetos de fantasia, como brincos, pulseiras, anéis, cordões dourados, de que nos munimos abundantemente no Rio de Janeiro. À exceção dos fazendeiros e alguns indivíduos viajados, ninguém liga importância ao dinheiro, e pode-se oferecer quantias relativamente grandes por uma dúzia de ovos, ou por um frango, que são recusadas desdenhosamente. Isso verificamos*

*por várias vezes. Oferecíamos então às crianças e às mulheres, objetos de fantasia, carrinhos de linha, agulhas e logo nos eram oferecidas as mercadorias que desejávamos. As roças são quase sempre plantadas distantes das habitações (...) trazendo-se para casa apenas o que se vai consumir no dia. Era essa uma das razões porque se nos negava tudo pelo dinheiro apenas; o pouco valor desse para essa gente, e preguiça de ir à roça buscar o que se desejava. Além disso, suas necessidades são tão resumidas que eles as satisfazem com os recursos locais. A roupa grosseira, tecem-na nos teares primitivos, as alpercatas, fazem-na com o couro do seu gado, os chapéus e as redes com a palha do buriti ou da carnaúba. Entre si fazem **barganha** ou troca de gêneros”* [NEIVA,PENNA:215, grifos dos autores].

Além do completo desprezo pela artesanaria local, bastou que houvesse uma recusa em glorificar o dinheiro para que ela fosse facilmente tida como preguiça. O clima condenatório não permitiu que os expedicionários percebessem qualquer problema para compatibilizar suas sistemáticas acusações de indolência assacadas ao povo daquelas terras com as suas próprias observações a respeito dos regimes locais de superexploração do trabalho, sem falar no exaustivo trabalho da tropa nativa que lhes circundava todo o tempo, assegurando com sua labuta diuturna a própria sobrevivência da excursão científica<sup>1</sup>. Os cientistas só tinham olhos críticos para aquela opção que lhes parecia totalmente escalafobética por uma economia desmonetarizada: “*Em Goiás(...) as pessoas do povo ignoram por completo o valor monetário em réis da moeda; 500 réis são chamados de 12 cobres e meio; 1 dinheiro corresponde a 1\$ etc. etc.*” [idem:170-171]. A decepção fez com que a repetição dos *et cetera* desse por encerrada a tarefa de documentar mais extensamente aquela vida à margem dos padrões, não somente os monetários mas de todos os padrões de medida, afinal absolutamente indispensáveis ao estabelecimento de um mercado capitalista de trocas que transcendesse aquela ‘vidinha’ feita de necessidades *tão resumidas*:

“*O povo ainda o repele [o sistema métrico] e as suas medidas em uso continuam a ser o palmo, covado, vara, oitava e onça. Mas o anacronismo que mais desperta a atenção (...) é o atinente às medidas de capacidade as quais variam em localidades do mesmo Estado. O prato varia de 2 a 4 litros, a quarta equivale a 16 pratos na Bahia e a 30 no Piauí; algumas localidades adotam a unidade cuia = 9 litros. Em Goiás usa-se o salamim = 5 pratos ou 10 litros e já a quarta tem menor capacidade pois mede apenas 40 litros (...) As medidas itinerárias têm por base a légua a qual, com as mensurações feitas quotidianamente a podômetro, nos deu a média de 4 quilômetros; em Goiás, porém, a légua tem grandes oscilações a que o povo denomina de ‘légua grande’ ou ‘pequena’(...) por isso as informações concernentes à distância a percorrer são às vezes das mais disparatadas”* [idem:171,grifos dos autores].

A observação de Mary Louise Pratt [1992:155] em relação ao colonizador europeu parece se ajustar sob medida às posturas e anotações dos cientistas de Manguinhos, os auto-nomeados missionários da *civilização já adiantada do litoral*: “a linha de sustentação no discurso da vanguarda capitalista era clara: a América deveria ser transformada em um cenário de indústria e eficiência”<sup>2</sup>, e, portanto, cabendo à referida vanguarda capitalista a tarefa de conduzir a missão civilizadora, constituída através de uma linguagem com a qual trataram de “produzir (para si mesmos) os outros povos como ‘nativos’, constituídos de seres incompletos e reduzidos que padecem da incapacidade de se tornar o que os europeus já são, ou de tornarem a si próprios naquilo que os europeus pretendem que eles sejam. Era como uma espécie de inevitabilidade moral e histórica que a vanguarda capitalista lia a si mesma nos futuros daqueles a quem procuravam explorar”<sup>3</sup> [idem:152]. Mais propriamente que a inevitabilidade histórica, talvez o que estivesse em jogo fosse a idéia imperial de prover uma história àqueles que supostamente não a possuíam. Entretanto, se pode concluir que, mais que prover historicidade a povos que não a tinham, se tratava de expulsá-los da história<sup>4</sup>. E, uma vez expulsos da história, seu território resultaria esvaziado de todo e qualquer significado local, à mercê dos significados que os ‘mais adiantados’ trariam de fora, ou melhor, trariam da própria História. Todos os nomes (quanto esforço por nomes nos relatórios!), usos e símbolos vivenciados por aquela cultura local como o seu conhecimento da vida e da natureza teriam de fenecer aos pés da *civilização adiantada do litoral*, cuja missão seria doravante a de começar do zero, o zero capitalista, e assim transformar aquela população indolente, ignorante, supersticiosa, miserável e nada ambiciosa em trabalhadores assalariados e em consumidores de bens e valores das longínquas metrópoles à beira-mar. Portanto, tinham os cientistas de parir esse zero à fórceps, e nada melhor para fazê-lo do que desconsiderar por inteiro a cultura daquelas *gentes de estranha psicologia*, coisa que Monteiro Lobato [1966:291-292] realizara à perfeição em sua primeira versão do Jeca Tatu:

“Dirão: e a modinha? A modinha, como as demais manifestações de arte popular existentes no país, é obra do mulato, em cujas veias o sangue recente do europeu, rico de atavismos estéticos, borbulha envolta com o sangue selvagem, alegre e são do negro. O caboclo é soturno. Não canta senão rezas lúgubres. Não dança senão o cateretê aladainhado. Não esculpe o cabo da faca, como o cabila. Não compõe sua canção, como o felá do Egito. No meio da natureza brasílica, tão rica de formas e cores, onde os ipês floridos derramam feitiços no ambiente e a inflorescência dos cedros, às primeiras chuvas de setembro, abre a dansa dos tangarás; onde ha abelhas de sol, esmeraldas vivas, cigarras, sabiás, luz, côr, perfume, vida dionisiaca em escachô permanente, o caboclo é o

*sombrio urupê de pau podre a modorrar silencioso no recesso das grotas. Só ele não fala, não canta, não ri, não ama. Só ele, no meio de tanta vida, não vive ... ”.*

Leia-se agora o relatório Neiva/Penna [1984:220-221], e veja-se a extraordinária complementaridade com o texto de Lobato na tarefa de zerar o povo do interior e sua história: *“Enfim, a solidão, a miséria, o analfabetismo universal, o abandono completo dessa pobre gente devastada moralmente pelo obscurantismo, pelas abusões e feitiçarias, e física e intelectualmente por terríveis moléstias endêmicas. A raça atual dessa região é inaproveitável”*. A levar este diagnóstico às últimas conseqüências, a discussão marcharia inexorável rumo ao ideário mais sombrio da limpeza étnica e racial, não fosse a barrar-lhe o caminho tanto a proposta de que bastaria a ciência para salvar a todos, e esta era exatamente uma das justificativas para a realização das expedições, assim como a imperiosa necessidade de inventar um povo brasileiro, o que fazia despertar nos expedicionários um sentimento de profunda compaixão por seus miseráveis candidatos a patrícios e patrícias: *“(...) ainda guardamos vivas as impressões bem tristes da profunda miséria e do abandono em que jazem milhares de seres humanos, e o nosso depoimento de forma alguma viria mitigar suas aflições”* [idem:165]. Uma compaixão corroborada inclusive pelos frades dominicanos, de quem não se duvidaria das virtudes da compaixão cristã: *“Em palestras com os inteligentes frades dominicanos (...) eles, apesar de toda sua beatitude e santidade, concordam que Deus faria uma obra de misericórdia se chamasse todos esses infelizes à sua mansão celeste”* [idem:212]. Porém, à compaixão subjaz o ideal de que ela impõe a missão ‘civilizadora’, a qual, colocada lado a lado com a tarefa de inventar o país, elevava a condição ‘civilizadora’ à categoria de abnegação patriótica. Eram grandes humanistas e grandes patriotas, estes cientistas! *“Escrevendo o que escreveram, sem um resquício de artificialismo a velar a dura e crua, mas necessária, mas indispensável verdade, mostraram os drs. Neiva e B. Penna quão esclarecido é o seu modo de amar a sua pátria e a sua gente”*, defenderia Afonso Taunay em um dos nove artigos que assinou sobre a expedição, publicados no Correio Paulistano, ao longo dos meses de agosto e setembro de 1917<sup>5</sup>.

Eis, portanto, o viés ideológico do programa científico-missionário: suas ações e observações eram realizadas em nome da verdade, não qualquer uma, mas aquela que por ser dura, crua, necessária e indispensável, ia além dos homens, aos quais só restaria a ‘nobre missão’ de zerar aquela sua gente para reconstruí-la em seguida a partir da única salvação disponível, o conhecimento científico que vinha do litoral.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHAGAS, Carlos, 1913. “Notas sobre a epidemiologia do Amazonas”. In: *Brazil-Medico*, Rio de Janeiro, v.27, n.42, p.450-456, nov. 1913 (extraído da Biblioteca Virtual Carlos Chagas).

NEIVA, Arthur, PENNA, Belisário, 1984, *Viagem Científica pelo Norte da Bahia, Sudoeste de Pernambuco, Sul do Piauí e de Norte a Sul de Goiás*. Brasília, Academia Brasileira de Letras.

LOBATO, Monteiro, 1948, *Mr. Slang e o Brasil e Problema Vital*. São Paulo, Editora Brasiliense.  
\_\_\_\_\_, 1966, *Urupês*. São Paulo, Editora Brasiliense.

LUTZ, Adolpho, MACHADO, Astrogildo, 1915, "Viagem pelo Rio São Francisco e por alguns de seus afluentes entre Pirapora e Juazeiro". *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, tomo VII.

PRATT, Mary Louise, 1992, *Imperial Eyes – Travel Writing and Transculturation*. New York, Routledge.

VENTURA, Roberto, 1991, *Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo, Companhia das Letras.

---

<sup>1</sup> Sem falar que, desde a capital de Goiás até Anhanguera, um bando de ‘preguiçosos’ ainda viabilizava o uso da liteira para o transporte das “*senhoras de melhor categoria*” [NEIVA,PENNA,1984:171].

<sup>2</sup> “*the bottom line in the discourse of the capitalist vanguard was clear: America must be transformed into a scene of industry and efficiency*”.

<sup>3</sup> “*produce other peoples (for themselves) as 'natives', reductive, incomplete beings suffering from the inability to have become what Europeans already are, or to have made themselves into what Europeans intend them to be. So did the capitalist vanguard read themselves into the futures of those they sought to exploit, as a kind of moral and historical inevitability*”.

<sup>4</sup> O tema da expulsão da história é muito bem sintetizado por Roberto Ventura [1991:28] ao situá-lo a partir da introdução do próprio conceito de evolução e progresso, tomado em conjunto com a extinção da história natural enquanto disciplina: “(...) *deu-se uma ‘mutação’ na cultura ocidental, a partir da qual surgiu a ‘era da história’ a que se refere Michel Foucault em ‘Les mots et les choses’ [As palavras e as coisas]. Dos limites do discurso histórico, nasceu a etnologia, que estuda as sociedades tidas como desprovidas de história e escrita. Dissolve-se a unidade da história – em que coexistiam, até então, história natural, moral e política – por meio da separação entre discurso histórico de tipo moderno (tendo por objeto sociedades históricas) e discurso etmológico (voltado para os grupos selvagens). Na divisão dos saberes, os povos selvagens foram excluídos do território do historiador, o que deu margem à formação de disciplinas, como a etnologia e a antropologia, que examinam as sociedades não-ocidentais. Deu-se a separação entre a história do mundo civilizado, estendida às suas possessões ultramarinas, e a descrição etmológica de sociedades reduzidas ao estado selvagem e à ausência de história e escrita*”.

<sup>5</sup> A passagem citada foi publicada na edição de 29 de setembro de 1917.